



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS e LICITAÇÕES - SUPEL/RO

Complexo Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos, 2º Andar
Porto Velho, Rondônia

PROJ PONTES ENGENHARIA

Sr(a). Representante

Com os cumprimentos e, em resposta ao pedido de esclarecimento enviado por V.Sra., quanto a utilização de Atestados de Capacidade Técnica e Acervo Técnico em nome de outra empresa descrito em contrato de Cisão, para fins licitatório, cumpre observar o que segue:

Se for comprovado que todos os responsáveis técnicos pelos serviços que constam no acervo técnico transferido são responsáveis técnicos da empresa participante da licitação, evidenciando a formalização da transferência dos acervos entre as empresas, decorrente da reorganização empresarial realizada.

O Tribunal de Contas de União, Plenário TC 003.334/2012-0 entende que *o fato de uma empresa ser subsidiária integral da outra não significa que ambas possam compartilhar a capacidade técnica e operacional para fins de participação na licitação.*

O caso em tela houve a transmissão de uma parcela da empresa holding para a sua controlada. Isso, de forma bastante coerente, transmite a capacidade técnica afeta parcela da empresa transferida.

Ainda, sob o entendimento da Corte de Contas da União, acórdão 1.528/2012 – TCU – Plenário:

4.12. Da compatível responsabilidade técnica da empresa com o acervo transferido

Ainda sob a mesma vertente, o Acórdão embargado não considerou que, no caso concreto, há total compatibilidade entre os responsáveis técnicos da empresa subsidiária e os atestados técnicos transferidos pela holding.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS e LICITAÇÕES - SUPEL/RO

Complexo Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos, 2º Andar
Porto Velho, Rondônia

Com o máximo respeito, embora a grande maioria dos julgados que compõem a jurisprudência dessa Corte acerca da matéria tenha decorrido de situações com contratos em execução, não é esta a delimitação da tese sedimentada. Veja-se que o próprio teor do Acórdão paradigma supera as situações em que o contrato já se encontra em execução:

*[...] Nos termos do art. 78, inciso VI, da Lei 8.666/1993, se não há expressa regulamentação no edital e no termo de contrato dispondo de modo diferente, é possível, para atendimento ao interesse público, manter vigentes contratos cujas contratadas tenham passado por processo de cisão, incorporação ou fusão, **ou celebrar***

***contrato com licitante que tenha passado pelo mesmo processo, desde que:** (1) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; (2) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; (3) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e (4) haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.¹*

Através do Acórdão 0643/07, o Tribunal de Contas da União assentou o seguinte:

Deixar assente que o entendimento firmado na presente consulta aplica-se tão somente aos institutos jurídicos da cisão, fusão e incorporação. Assim, fica claro que os processos de reestruturação societária com aversão de patrimônio tangíveis e intangíveis são regulamentos e admitidos por tribunais de justiça e pelo TCU, devendo estar dentro de regras estabelecidas por estes, inclusive em relação ao acervo técnico-operacional das partes envolvidas.

Nessa esteira, a Comissão entende que a transferência de acervo técnico mediante ato negocial, é incapaz de gerar os efeitos pretendidos. Ademais, entende que tratando-se de cisão parcial cuja parcela do patrimônio da sociedade cindida seja destinada a outra sociedade, e a análise de transferência do acervo técnico vai

¹ "



RONDÔNIA
Governo do Estado

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS e LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Complexo Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos, 2º Andar
Porto Velho, Rondônia

depende do que estabelece o ato de cisão, porquanto será nesse instrumento que se estabelecerá o que foi efetivamente transferido, e conseqüentemente, o que se poderá utilizar.

Ressaltando que esta Comissão está à disposição para dirimir quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias.

Atenciosamente.


Eralda Etra Maria Lessa

Presidente da CPLO/SUPEL